

A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL COMO MEIO DE APRENDIZAGEM NA SOCIEDADE ATUAL

Autor Liliane Silva Câmara de Oliveira¹; Co-autor Angélica Érica da Silva Sotero¹; Co-autor Houtran Lima da Silva²; Co-autor Hallyson Diego Mendes Braz³

Universidade Estadual da Paraíba – lilianecamara2007@hotmail.com¹; Instituto Federal do Rio Grande do Norte — angelicas.sotero@gmail.com¹ – houtran.silva@gmail.com² – hallysonbraz@gmail.com³

Resumo: A Educação Não Formal ocorre em momentos de aprendizado fora da esfera escolar, ela pode ser veiculada por museus, meios de comunicação e outras instituições que organizam eventos de diversas ordens, tais como cursos livres, feiras e encontros, com o propósito de ensinar a um público heterogêneo. A aprendizagem não formal desenvolve-se de acordo com os desejos do indivíduo, num clima especialmente concebido para se tornar agradável. Falar sobre ela como veículo da aprendizagem ainda é um desafio, pois mesmo existindo práticas na saúde, cultura, meio ambiente, política e econômica desse tipo, pouco se encontra teorizado sobre ela. Mesmo tratando de uma educação sem formalidades, ela é importante porque pode atingir muitas pessoas em um determinado espaço e fazer uso de variados métodos, dependendo dos objetivos que se pretende alcançar como, palestras, oficinas, mesas redondas, panfletos, cartilhas entre outros. Portanto, este estudo torna-se importante por enfatizar e refletir sobre a prática educativa não formal e como as reflexões de Paulo Freire podem contribuir na aprendizagem de comunidades a cerca de um determinado problema a fim de obter as mudanças individuais necessárias aos hábitos dos cidadãos dentro do contexto a ser transformado em um determinado grupo. Trata-se de uma pesquisa através de revisão de literatura de livros e artigos que discutem as questões da Educação Não Formal e seu papel na sociedade, tendo como base as contribuições socioconstrutivista de Freire para a educação e seu objetivo é refletir sobre a educação não formal, enfatizando seu campo, seus atributos e relevância. Não há como desconsiderar a educação não formal dentro do âmbito social, pois ela se configura cada vez mais como uma importante forma de educar e politizar jovens e adultos das classes mais baixas prejudicados de alguma forma pela falta de educação formal, de âmbito escolar.

Palavras-chave: Educação Não formal, Aprendizagem, Grupos Sociais.

INTRODUÇÃO

Falar em educação é abordar sobre o desenvolvimento educacional de um povo baseado em seus princípios morais e culturais. Este texto trata da educação não formal e sua relevância social, e para uma compreensão mais clara sobre este assunto é interessante conhecer as características que marcam a educação formal e informal, para assim saber diferenciar cada uma dentro do contexto educacional.

De acordo com Joaquim Felix (2012), a **educação formal** é caracterizada por sua estrutura e desenvolvimento no seio de instituições próprias — escolas e universidades — onde o aluno deve seguir um programa pré-determinado, semelhante ao dos outros alunos que frequentam a mesma instituição. A **educação informal** ocorre de forma espontânea na vida do dia-a-dia através de conversas e vivências com familiares, amigos, colegas e interlocutores ocasionais. E a **educação não formal** acontece fora da esfera escolar e é veiculada pelos museus, meios de comunicação e outras instituições que

organizam eventos de diversas ordens, tais como cursos livres, feiras e encontros, com o propósito de ensinar ciência a um público heterogêneo. A aprendizagem não formal desenvolve-se, assim, de acordo com os desejos do indivíduo, num clima especialmente concebido para se tornar agradável.

Tratar sobre a educação não formal como meio de aprendizagem ainda é um desafio, pois mesmo existindo práticas na saúde, cultura, meio ambiente, política e econômica desse tipo, pouco se encontra teorizado sobre ela, estando reduzida apenas a produções acadêmicas como forma de reflexão sobre esta prática.

Ela é importante porque foge da formalidade do âmbito escolar e pode atingir muitas pessoas em um determinado espaço com métodos variados. Dar-se através de palestras, mesas redondas, desenhos, vídeos, cartilhas e demais atividades que possibilitem uma realização em grupos (GOHN, 2014).

Dessa forma a educação não formal contribui para uma sociedade mais incluyente, humana, ética, justa política e saudável. Esse tipo de abordagem educativa enfatiza a responsabilidade individual no que se refere à mudança de hábitos ou de estilos de vida, limitando-se ao repasse de informações.

O espaço não formal pode ser todo aquele onde pode ocorrer uma prática educativa. Existem dois tipos de espaços não formais: os espaços institucionalizados, que dispõe de planejamento, estrutura física e monitores qualificados para a prática educativa dentro e entre eles estão museus, zoológicos, jardins botânicos, aquários entre outros; e os espaços não institucionalizados que não dispõe de uma estrutura preparada para este fim, contudo, bem planejado e utilizado, poderá se tornar um espaço educativo de construção científica, estão entre eles praças públicas, áreas verdes nas proximidades da escola, lagos e igarapés, entre outros (JACOBUCCI, 2008).

Este tipo de educação tem relação com as políticas da Pedagogia Social que tem como modelo a educação popular com abordagem teórica desenvolvida por Paulo Freire para a educação de adultos na década de 60. Segundo Torres (1992) a pedagogia de Freire difundiu-se e influenciou nas campanhas de alfabetização e na educação em geral. Com uma pedagogia “não autoritária”, a pedagogia do oprimido tem como objetivo central a “conscientização” como condição para transformação social, implicações políticas que transcendem a educação escolar.

Portanto, este estudo torna-se importante por enfatizar e refletir sobre a prática educativa não formal e como as reflexões de Paulo Freire podem

contribuir como forma de aprendizagem de comunidades a cerca de um determinado problema a fim de obter as mudanças individuais necessárias às mudanças de hábitos dentro do contexto a ser transformado socialmente.

Este texto tem por base uma revisão de literatura de livros com base em Gonh, uma das principais escritoras desse tema no Brasil e demais autores, e artigos relacionados ao tema que discutem as questões da Educação Não Formal e seu papel educativo. Teve por base também as contribuições socioconstrutivista de Paulo Freire para essa modalidade de educação, uma vez que ele é um dos pioneiros da educação popular que tem uma importante ligação com a educação não formal. Seu objetivo é refletir sobre a educação não formal, enfatizando seu campo, seus atributos e sua relevância.

O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO BRASIL

Não é possível falar em educação não formal sem antes olhar um pouco para seu passado, como surgiu no Brasil, e o que aconteceu para que ela se configurasse até os dias atuais. Para Queiroz et al (2011) o ensino de uma maneira geral, passou por inúmeras mudanças ao longo das últimas décadas. A relação, espaços não formais e escola, tem se tornado forte aliada para as mudanças de comportamento frente aos problemas sociais e ambientais existentes hoje em dia.

Seu surgimento no Brasil está ligado a Educação Popular, que iniciou no país na década de 1920 através do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova onde os intelectuais brasileiros pregavam uma educação popular para todos. No entanto, foi a partir dos processos de industrialização e urbanização ocorridos nos anos 60, e com a necessidade de mão de obra qualificada, que o país, diante de um alto índice de analfabetismo, voltou seus olhos para a educação de jovens e adultos de classes populares (MACIEL, 2011).

De acordo com Paludo (2001) a Educação Popular iniciou sua gestação no processo de modernidade brasileiro que foi realizado desde o início com uma violência grande aos camponeses e trabalhadores pobres. Para este período o domínio da escrita e leitura representava uma maneira de participação na sociedade. A escola, portanto, mesmo desigual, era uma esperança de liberdade e emancipação.

A história da Educação Popular no Brasil na década de 1960 está relacionada aos segmentos excluídos e aos movimentos sociais e de resistência aos sistemas opressivos e autoritários no período da ditadura e pós-ditadura militar. Um dos

objetivos principais, nos primórdios da Educação Popular era de buscar promover a participação dos sujeitos na construção de um projeto político de sociedade através de soluções construídas coletivamente, nas quais se pretendia superar as desigualdades sociais, principalmente no que se refere às desigualdades existentes no campo educacional.

Só a partir dos anos 90 que as ações em Educação Não Formal no Brasil tiveram origem, em decorrência das mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho, pautada pela educação popular. Estando ligada ao crescimento do Terceiro Setor, que surgiu como alternativa entre o Estado e as populações e como espaços de novas vivências sociais e políticas. A partir de então, muitos projetos de Educação Não Formal foram estruturados em parcerias com o Estado buscando construir propostas curriculares alternativas para as crianças e adolescentes excluídos das escolas formais através de currículos etnocêntricos e pouco voltados para a diversidade cultural, étnica, econômica e social das populações desprivilegiadas (PAULA, 2009; GOHN, 2015).

A concepção de projetos de Educação Não Formal como propostas curriculares alternativas a Educação Formal e projetos emancipadores estão expressas nas publicações sobre Educação Não Formal de Gohn (1999) ao escrever que a educação não formal no Brasil, até os anos 80 do século passado, era vista como uma extensão da educação formal desenvolvida em espaços exteriores às escolas, despertando pouco a atenção de educadores e educadoras e pouco refletindo na elaboração de políticas públicas. Nos anos 90, recebeu destaque em virtude das mudanças ocorridas na economia, na sociedade e no mundo do trabalho, aliados a valorização da cultura como articuladora de ações individuais e dos processos de aprendizagem em grupo.

A educação não formal vem ganhando espaço ao longo das décadas e atinge um espaço muito amplo em relação a grupos dos mais variados possíveis, idades e classes sociais, levando aprendizado e contribuindo com a valorização da cultura, transformando ambientes dos mais variados possíveis para melhor, como já citados.

É um tipo de educação que vem firmando espaço como forma de ensino e ainda atua na formação política e social de indivíduos. Ressaltando ainda o desenvolvimento desta educação no país, Gohn (1999) destaca que foi a partir da Conferência de Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia, e da elaboração dos documentos "Declaração mundial sobre a educação para todos" e "Plano de ação para satisfazer necessidades básicas de aprendizagem" que surgiram as possibilidades na área da educação não formal, tendo como referência as experiências educacionais

desenvolvidas por ONGs da América Latina. Esse documento partiu da definição de "necessidades básicas para a aprendizagem", como recurso para que ela ocorra, e dos "novos conteúdos básicos", que além dos conteúdos teóricos e práticos incorporam valores e atitudes para viver e sobreviver, ampliando assim o campo da educação para além da escola.

Atualmente, no que diz respeito aos profissionais que trabalham, tanto na Educação Popular, quanto nos Projetos de Educação Não Formal e Pedagogia Social, os debates enfatizam aspectos relacionados ao papel social destes educadores as suas inserções nos grupos que trabalham e comprometimento com as classes populares.

Para Paula (2009) a origem da Educação Popular, da Educação Não Formal e das discussões da Pedagogia Social em nosso país apresentam uma trajetória semelhante no que se refere ao debate do papel do Estado e sua ausência no cumprimento das obrigações básicas na garantia dos direitos dos cidadãos. Nestas concepções educacionais, os pesquisadores procuram romper com metodologias educacionais tradicionais e currículos que não respeitem os saberes, valores e modos de viver das classes populares.

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO DE FREIRE

Através do surgimento dos movimentos populares no Brasil em meados de 1960, houve no país muitos momentos marcantes. Entre eles, destaca-se o surgimento de organizações de grupos que faziam parte de aparelhos privados de hegemonia, como a Igreja Católica, o partido comunista, os movimentos sociais e a União nacional dos Estudantes, que serviram de instrumentos de promoção da cultura e de uma educação fora das salas de aula, pois alcançavam trabalhadores urbanos e rurais, subempregados, desempregados, sem teto, camponeses, boias-frias entre outros (MACIEL, 2011).

Posteriormente, ainda nesta década, esses grupos conseguiram a colaboração do governo progressista, o que ocasionou o surgimento de novos movimentos populares com objetivo de alfabetizar jovens e adultos de classes populares, e utilizavam a música, o teatro, e o cinema como instrumento de formação política desses indivíduos.

Foi nesta percepção educativa que Paulo Freire, através de seus ideais, passou a se destacar neste âmbito. De acordo com Maciel (2011), Freire, educador e militante, teve toda a sua vida devotada à construção de uma educação libertadora capaz de instrumentalizar as camadas populares para lutar contra as relações opressoras do

capitalismo. Para ele, sair da condição de oprimido não é simplesmente deslocar-se para a função de opressor, mas propor uma nova relação social em que haja igualdade entre homens e mulheres projetando um bem comum. Partindo dessa premissa, Freire almeja por uma Pedagogia Libertadora, produtora do diálogo permanente, fruto do processo que é por natureza dialética. Ele propõe uma Pedagogia dialógica que parte da problematização da realidade dos educandos, para a finalidade de intervenção no mundo.

Freire traz como proposta pedagógica da Educação popular um aprendizado libertador, negando a educação tradicional da escola que mantém um conjunto de conhecimentos disciplinados em conteúdos engessados e descontextualizados, sem vida e sem significado para os educandos, e ainda, submetidos a uma hierarquia irrefletida na organização dos currículos escolares para ser depositado na cabeça dos alunos (como nos bancos), o que ele denomina de educação bancária (MACIEL, 2011).

Neste ponto é perceptível a ideologia da educação não formal ligada a teoria Libertadora de Freire, onde a educação é caracterizada fora da sala de aula, de forma coletiva, pouco hierarquizada e capaz de atender interesses da comunidade. Para Klug, Ferreira e Gross (2010) a ideia principal dessa educação é formar sujeitos que possam compreender a sociedade na qual vivem, sentindo-se capazes de transformar a sua realidade. Que possam participar, falar, pensar, enfim, se expressar conforme a sua cultura. Cultura essa que deve ser valorizada e potencializada.

Observa-se nesse ponto uma forte ligação da educação popular com a educação não formal, capaz de atingir a cultura através do aprendizado dos cidadãos. Para Freire (1980) a relação que os homens e as mulheres estabelecem com a realidade social, econômica, política ou do mundo das coisas da natureza, são desafios. Dependendo das respostas a esses desafios mudam não só a realidade, mas a si mesmos (re)criando-se como sujeitos com capacidade de refletir, criticar, inventar, decidir, organizar, agir e, conseqüentemente criar culturas.

Portanto vale ressaltar a contribuição da educação não formal na aprendizagem do indivíduo quanto formadora de concepções críticas, capaz de contribuir com o desenvolvimento da cidadania. Dessa forma é possível ver a educação não formal como fonte de conhecimento capaz de promover a aprendizagem através do coletivo, buscando a mudança de uma determinada realidade social através do que foi aprendido, podendo ser no âmbito de saúde, meio ambiente, cultura, exatas, entre outros.

De acordo com Freire (1989) é necessário romper com a ideia de que somente na escola se estuda, afirmando que o saber existente fora do

estabelecimento de educação formal não seja inferior. É preciso enfatizar que a educação ocorre em diferentes espaços, e nem por isso deve ser considerada inferior à educação escolar. O aprendizado não formal ocorre de forma livre nos mais diversos grupos e pode possibilitar mudanças na concepção de ideias e atitudes, possibilitando mudanças socioeducacionais.

A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL COMO CONHECIMENTO PEDAGÓGICO

A Educação não formal está diretamente voltada aos fatores sociais, ligada ao aprendizado de jovens e adultos em comunidades, utilizando espaços diversificados e tem por objetivo levantar, através de seus diversos métodos, problemas sociais e políticos buscando uma mudança crítica de comportamento dos seus aprendentes diante de suas posturas na sociedade (GOHN, 2015).

É ousada em pretender mudar o comportamento de um indivíduo, mas é uma forma de educar mais próximo do dia-a-dia do mesmo, mostrando que um problema pode ser amenizado ou até mesmo sanado de acordo com as mudanças de atitudes das pessoas diante do que se está propondo como solução (GOHN, 1999).

Para que o espaço não formal seja bem aproveitado e obtenha sucesso no processo de aprendizagem é necessário que o profissional ao qual está intermediando o conhecimento faça antes de tudo um bom planejamento para alcance de seus objetivos educacionais, de forma que os participantes possam através do espaço e método utilizado mudar sua postura diante da problemática levantada (QUEIROZ et al., 2001).

Pensando nesse processo educativo Queiroz et al (2001) reafirma este pensamento quando ressalta que o espaço não formal, por si, só, não leva um estudante a educação científica e nem sempre o professor está apto a realizar uma atividade significativa em um ambiente como este. O processo não é simples, envolve desde a formação do educador até a metodologia utilizada neste ambiente que deve diversificar da realizada em sala de aula. Ao utilizar um ambiente não formal, o professor no planejamento da prática necessita estabelecer os objetivos e metas a serem alcançadas com a visita. O planejamento é um dos primeiros passos a ser dado, e deve ser criterioso.

Diante do que já foi colocado e de acordo com Garcia (2015), o que parece importante considerar é que a educação não formal, como área do conhecimento pedagógico, passou a ser observada como válida e como possibilitadora de mudanças, inclusive dentro da própria concepção de educação, a partir de seu aparecimento e de sua

inclusão como área pedagógica em documentos e artigos relevantes da área educacional.

É importante ainda citar que a educação não formal tem dimensões distintas a serem levadas em consideração, pois elas ressaltam os campos de atuação desta educação no indivíduo. Tem como base o Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos do Ministério da Educação, e tem campos ou dimensões que correspondem a muitas áreas de abrangência (GONH, 1999).

Uma das dimensões da educação não formal envolve a aprendizagem política dos direitos dos sujeitos, enquanto cidadãos, num processo grupal participativo, gerador de conscientização voltada à compreensão de interesses individuais, do meio social e da natureza circundante. Uma outra refere-se à capacitação para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades. A terceira, refere-se à aprendizagem para o exercício de práticas que capacitem os sujeitos a se organizar com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas do cotidiano. A quarta, esta voltada à aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal escolar, em formas e espaços diferenciados. A quinta, é à educação desenvolvida na e pela mídia, em especial a eletrônica. E a sexta, a da educação para a vida ou para a arte de viver bem, utilizada como estratégia de resistência ao estresse (GOHN, 2004).

Dessa forma a educação não formal se mostra abrangente e possível de ser utilizada como meio pedagógico nos mais diversos locais que seja possível a organização em grupo de indivíduos e a atuação de um instrutor/professor reunidos e dispostos a promover o aprendizado.

CONCLUSÃO

A educação não formal se configura uma importante forma de educar e politizar jovens e adultos das classes mais baixas prejudicados de alguma forma pela falta de educação formal, de âmbito escolar. Não há como desconsiderá-la no âmbito social formado por diferentes classes econômicas e políticas, pois ela é capaz de mudar a percepção de pessoas que participam de momento educativos não formais.

Ela ocorre em grupos organizados através de instituições e ONG's, e se faz importante por ter o potencial de atingir todas as classes sociais e faixas etárias dentro de uma comunidade através de sua abrangência metodológica para alcance de seus objetivos, que sempre estão ligados a uma problemática social ao qual um

determinado grupo se insere, levando informações e levantando questões críticas a partir de discussões e reflexões de problemas sociais.

Por ter características de uma educação livre de repressões, hierarquias, conteudista, e de espaço limitado por instituições, a educação não formal pode encontrar bases teóricas em Paulo Freire que propõem uma educação Libertadora, capaz de se dar em meios sociais e resultar em formação crítica e política de jovens e adultos.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Conscientização, teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Trad. Kátia de Mello e Silva – 3 ed., São Paulo: Moraes, 1980.

GARCIA, Valéria Aroeira. **O Papel do Social e da Educação Não Formal nas Discussões e Ações Educacionais**. Disponível em: <http://www.am.unisal.br/pos/stricto-educacao/pdf/mesa_8_texto_valeria.pdf>. Acesso em: 15 maio 2015.

GONH, Maria da Glória. **Educação Não Formal e Cultura Política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor - São Paulo: Cortez, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. **Investigar em Educação**, São Paulo, n. 11, p.35-50, nov. 2014. Disponível em: <<http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/4>>. Acesso em: 07 set. 2017.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais: espaços de educação não-formal da sociedade civil. **Universia Brasil**, Brasil, 02 abr. 2004. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2004/04/02/519734/movimentos-sociais-espacos-educacao-no-formal-da-sociedade-civil.html>>. Acesso em: 07 set. 2017.

JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. **Contribuições dos espaços não formais de educação para a formação da cultura científica**. Em extensão, Uberlândia, v.7, 2008.

JOAQUIM FELIX (Portugal) (Org.). **Educação formal, não formal e informal**: tres conceitos vizinhos. 2012. Debate em Évora, Cidade Educadora. Disponível em: <siue.uevora.pt/files/anexo_informacao/20112>. Acesso em: 04 jun. 2015.

KLUG, Elizângela do Rocio; FERREIRA, Lucinéia R.; GROSS, Janine. **O pedagogo e a educação não-escolar**. 2010. Cadernos da Escola de Educação e Humanidades. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/8217/2/arquivo%20total.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2015.

MACIEL, Karen de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular**. 2011. Educação em Perspectiva, Viçosa. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/pgeufv/article/viewFile/196/70>>. Acesso em: 14 maio 2015.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas**: Uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira. **Educação Popular, Educação Não Formal e Pedagogia Social**: análise de conceitos e implicações para educação brasileira e formação de professores. 2009. IX Congresso Nacional de Educação - EDUCARE. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2103_1034.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2015.

QUEIROZ, Ricardo Moreira et al. **A Caracterização dos Espaços Não Formais de Educação Científica Para O Ensino De Ciências**. 2011. Revista Areté: Revista Amazônica de Ensino de Ciências. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1579-2.pdf> >. Acesso em: 04 jun. 2015.

TORRES, C. A. **A política da educação não formal na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.